



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

ACÓRDÃO Nº 567/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- **Processo TCE nº 10090/2013.**

2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.

3- **Órgão:** Sistema Previdenciário dos Servidores de Presidente Figueiredo - SISPREV.

4- **Exercício:** 2012.

5- **Responsável:** Maria da Conceição Wanderley Lasmar, Diretora-Presidente e Ordenadora de Despesas.

6- **Unidade Técnica:** Relatório Conclusivo n. 2/2013-DICERP.

7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer n. 1913/2014-MPC-EMF, da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.

8- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Sistema Previdenciário dos Servidores de Presidente Figueiredo - SISPREV. Exercício de 2012.

Contas irregulares. Alcance. Multa. Recomendação ao atual gestor.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c art. 18, inciso II, da Lei complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1 - Julgar IRREGULAR a Prestação de Contas Anual do Sistema Previdenciário dos Servidores de Presidente Figueiredo (SISPREV), relativas ao exercício de 2011, nos termos do art. 71, II, da CF/88, art. 40, II, da CE/89, art. 1º, II, 2º, 4º, 5º, I e 22, III da Lei nº 2.423/96 c/c art. 11, III e art. 188, § 1º, III, “b” e “c” da Resolução nº 04/02-TCE;

9.2 - Considerar em ALCANCE a Sra. **MARIA DA CONCEIÇÃO WANDERLEY LASMAR** no valor total de **R\$ 301.814,76 (trezentos e um mil, oitocentos e quatorze reais e setenta e seis centavos)**, em função dos pagamentos constantes no **item 1** (item 8.3.5 do Relatório Conclusivo n. 02/2013) e **3** (item 8.3.6 do Relatório Conclusivo n. 2/2013) especificadas também, no Relatório-Voto.

9.3 - Aplicar MULTA no montante de **R\$ 13.152,37** a Sra. **MARIA DA CONCEIÇÃO WANDERLEY LASMAR**, com base no art. 54, II e III, da Lei Estadual n. 2.423/96, c/c o art. 308, V e VI, da Resolução n. 04/02-TCE;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº 567/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

9.4 - RECOMENDAR ao (à) atual gestor (a) adotar as seguintes orientações:

a) Promover com fidelidade o registro e envio das informações exigidas pelo Sistema de Auditoria de Contas Públicas – ACP;

b) Observar as regras e princípios da Lei de Licitações por ocasião da realização de despesas;

9.5 - Alertar que eventual descumprimento das recomendações aqui lançadas, ensejará a irregularidade de prestação de contas futuras, nos termos do artigo 22, § 1º, da Lei n. 2423/96.

10- Ata: 38ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 22 de outubro de 2014.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Raimundo José Michiles, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral